



CNCGMPEU

**133ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS  
CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA  
UNIÃO – CNCGMPEU**

**ATA DE REUNIÃO**

<p><b>Pauta</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>21.06.2023</b><p><b>9h30</b> – Cerimônia de instalação do Conselho da Ordem do Mérito do Ministério Público, instituído por meio da Resolução do CNMP nº 252, de 22 novembro de 2022, realizada na sede do CNMP, por ocasião das celebrações dos 18 anos do Conselho Nacional do Ministério Público.</p><p><b>11h</b> – Cerimônia de inauguração da Galeria de Fotos de Presidentes e Corregedores Nacionais na sede do CNMP, conforme OF-CIRC. 3/2023/CN;</p><p><b>14h30</b> – Abertura da Reunião Administrativa:</p><ol style="list-style-type: none"><li>1. Calendário e local das futuras reuniões;</li><li>2. Notícias sobre os pleitos da categoria;</li><li>3. Contribuição do Colegiado para confecção de medalhas e outras despesas;</li><li>4. O que ocorrer.</li></ol></li> <li>• <b>22/06/2023</b><p><b>10h30</b> – Abertura da sessão acadêmica;</p><p><b>11h</b> – Palestra do Dr. Emerson Garcia, Promotor de Justiça do MPRJ – <i>“Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos podem investigar e punir Procuradores-Gerais? Reflexões e estado da técnica”</i>.</p><p><b>12h30</b> - Encerramento.</p></li></ul>
---------------------	--



### CNCGMPEU

<b>Local:</b>	Presencial e por Videoconferência – Ministério Público Militar
<b>Data:</b>	21 e 22 de junho de 2023
<b>Participantes:</b>	<p>Presentes os Doutores CLEONICE DE SOUZA LIMA (MP/BA), Presidente do CNCGMPEU, EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO (MP/RS), 1º Secretário, SAMUEL PEREIRA (MP MILITAR), 2º Secretário, FABIO STRECKER SCHMITT (MP/SC), Diretor Financeiro, RICARDO RIBEIRO MARTINS (MP/RJ), Diretor de Comunicação Social, FLAVIO AUGUSTO SIQUEIRA DE OLIVEIRA e WASHINGTON NILTON MEDEIROS MOREIRA, representando o Dr. ÁLVARO LUIZ ARAUJO PEREIRA (MP/AC), MARIA DA GRAÇA AMORIM, representando o Conselheiro OSWALDO D'ALBUQUERQUE, Corregedor Nacional do Ministério Público, JAIR JOSÉ GOUVEA QUINTAS (MP/AP), SILVIA ABDALA TUMA (MP/AM), PEDRO CASIMIRO CAMPOS DE OLIVEIRA (MP/CE), NELSON FARACO DE FREITAS (MP/DF), AGUINALDO BEZERRA LINO TOCANTINS (MP/GO), modo virtual, THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO (MP/MA), MARCO ANTÔNIO LOPES DE ALMEIDA (MP/MG), SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA (MP/PA), ROSÂNGELA GASPARI (MP/PR), PAULO ROBERTO LAPENDA FIGUEIROA (MP/PE), IADYA GAMA MAIO (MP/RN), modo virtual, CLAUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA (MP/RO), ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD (MP/RR), JOSÉ ELAERES MARQUES MACHADO, representando a Dra. CELIA REGINA DELGADO (MPF), JORGE MURILO SEIXAS DE SANTANA (MP/SE), MOACIR CAMARGO (MP/TO).</p>
<b>Ocorrências e Deliberações</b>	<p><b><u>21.06.2023</u></b></p> <p><b>Pela manhã</b>, às 9h30, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília, houve o comparecimento dos Corregedores-Gerais à cerimônia de instalação do Conselho da Ordem do Mérito do Ministério Público, por ocasião dos 18 anos do CNMP, presidida pelo Doutor Antônio Augusto Brandão de Aras. Na sequência, às 11h, no mesmo local, acompanharam a inauguração da Galeria de Fotos dos Presidentes e Corregedores Nacionais.</p> <p><b>À tarde, realizou-se a Reunião Administrativa</b>, com abertura dos trabalhos às 14h30min, na sede do Ministério Público Militar, em Brasília.</p> <p><b>1. ABERTA A SOLENIDADE</b> pela Doutora Cleonice de Souza Lima, Presidente, que cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, parabenizando os Doutores Alessandro Tramujas Assad (MP/RR) e</p>



#### CNCGMPEU

Jeferson Luiz Pereira Coelho (MPT) pela homenagem recebida no CNMP, compondo a Galeria dos Corregedores Nacionais, ressaltando o trabalho e a contribuição que tiveram para que o Conselho Nacional do Ministério Público viesse a ter a existência que hoje tem, tendo em vista que anteriormente a sua criação, pela Emenda 45, em 2005, não havia nenhuma estrutura física ou modelo anterior para seguir, o que denota pioneirismo e coragem. Em seguida realçou a importância do Ministério Público, sua independência e a necessária relação com os demais Poderes e Instituições, devendo cada um, no âmbito de sua atuação, aperfeiçoar sua ética, sua boa técnica e a conduta profissional, sem subserviência, mas em permanente diálogo, juntamente com a sociedade civil, com vistas à resolutividade. Ressaltou os 18 anos do CNMP, comentando que este atinge a maioria havendo, contudo, muito a amadurecer, e o crescimento virá com a capacidade e criatividade de todos, o que aumenta a responsabilidade. Referiu que é sabida a preocupação dos Corregedores com a qualidade e unidade do Ministério Público, e pelo esforço comum de que as condutas dos Membros se aproximem ao máximo das expectativas da sociedade. Esclareceu que o Dr. Oswaldo D'Albuquerque, Corregedor Nacional, foi convidado, porém deixado muito à vontade para participar da reunião, diante do luto, sendo que ele se fez representar pela Dra. Maria da Graça Amorim, a qual fez uso da palavra e se colocou à disposição para qualquer encaminhamento. A Presidente agradeceu a disponibilidade do Ministério Público Militar em ceder o espaço para a realização da reunião. Passada a palavra ao Dr. Samuel Pereira (MPM) que saudou a todos, em nome do Dr. Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar, dizendo da alegria em sediar o encontro, pois a união é o fortalecimento de todas as Corregedorias, e do Ministério Público. Após, a Dra. Cleonice de Souza Lima teceu considerações sobre a importância do trabalho em grupo. Na sequência, informou que os Doutores Álvaro Luiz Araújo Pereira (MP/AC), Fernando Melo Ferro Gomes (MP/PI), João Augusto Veras Gadelha



#### CNCGMPEU

(MP/MT), Jeferson Luiz Pereira Coelho (MPT), José Roseno Neto (MP/PB) e Maurício André Barros Pitta (MP/AL) justificaram a ausência na reunião, por motivo de saúde ou trabalho, sendo o primeiro, porém, representado pelos Procuradores Flavio Augusto Siqueira de Oliveira e Washington Nilton Medeiros Moreira.

**2. Ata da reunião anterior** – Aprovada a ata, com as retificações sugeridas. A Dra. Eva Margarida Brinques de Carvalho (MP/RS), 1ª Secretária, mencionou que em relação à forma de apresentação da ata, qualquer sugestão será bem aceita.

**3. CALENDÁRIO E LOCAL DAS FUTURAS REUNIÕES** – A Sra. Presidente inicialmente publicizou a realização de Congresso na Bahia, com o tema resolutividade, o qual se realizará nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2023, confirmando o encontro do CNCGMPEU naquele Estado, na mesma data. Tocante à pauta acadêmica do congresso, traçou comentário sobre o mapa das ações civis públicas de improbidade, a morosidade no julgamento e a necessidade de se buscar a efetividade e a eficácia das ações, abraçando a resolutividade como uma possibilidade real, factível de alcançar resultados. Informou também sobre a parte festiva do evento, quando se apresentarão artistas reconhecidos. Referente às inscrições, disse que já se encontram abertas, outrossim que manterá reunião com o Presidente da Associação do MP/BA para possibilitar a dispensa de inscrição aos integrantes do Colegiado.

Quanto às próximas reuniões do CNCGMPEU, a Sra. Presidente referiu que o Estado que se propuser a receber basta confirmar a data do evento, ficando o MP local, de preferência, com a pauta acadêmica, com palestrante a escolha do anfitrião, podendo, ainda, indicar lista de hotéis e restaurantes, e organizar jantar de confraternização e possível traslado aeroporto-hotel-aeroporto, sugerindo a busca de apoio junto à Associação



#### CNCGMPEU

do MP local. Ponderou que não é obrigatório presentear os participantes com mimos, sendo que o Estado que recebe faz a organização de acordo com os recursos que tiver. A pauta administrativa permanece com o Colegiado, sendo que a Presidência organizará planilha com relação dos participantes. Elucidou que não houve convocação para reunião em Fortaleza no mês de junho diante dos poucos inscritos no seminário do IAP, razão pela qual se manteve em Brasília.

Com a palavra, o Dr. Jair José de Gouvea Quintas (MP/AP) se dispôs a receber a reunião do Conselho no Amapá, ficando, todavia, a data específica para posterior conversa com o Procurador-Geral. O Dr. Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva (MP/PA) cumprimentou a todos e igualmente colocou a disponibilidade do Pará para a realização de encontro do Colegiado no segundo semestre do corrente ano, de preferência no período em que coincida com a correição do CNMP no MP local. A Dra. Rosângela Gaspari também se dispôs a sediar a reunião no Paraná, sem definir data no momento. O Dr. Fábio Strecker Schmitt (MP/SC) ressaltou a importância de os Corregedores se fazerem mais presentes no CNMP para tratarem de suas questões e para terem maior integração. Sugeriu que no calendário das reuniões ordinárias do CNGMPEU haja alternatividade, de modo que uma seja em Brasília e outra nos Estados. A Dra. Themis Maria Pacheco Pacheco de Carvalho (MP/MA) opinou que a reunião de agosto ocorresse em Brasília, pois teve conhecimento de possível realização de um seminário pelo CNMP. O Dr. José Elaeres Marques Machado (MPF) informou que será realizado um seminário nos dias 23 a 25 de agosto, com fomento à resolutividade, mas na Procuradoria-Geral da República.

A Sra. Presidente se colocou à disposição para manter diálogo permanente com os Conselheiros do CNMP e Corregedor Nacional, Dr. Oswaldo D'Albuquerque, sem prejuízo de os Corregedores tratarem



#### CNCGMPEU

diretamente de demandas locais, uma vez que conhecedores de seus Membros e sua realidade.

**Após deliberação, restou definido que: JULHO** - não haverá reunião; **AGOSTO** – reunião em Brasília, de 07 a 09; **SETEMBRO** – a definir; **OUTUBRO** – reunião no Amapá, data a definir; **NOVEMBRO** – reunião na Bahia, de 08 a 10.

Ficaram para o próximo ano (2024) as reuniões nos Estados do Pará (possivelmente fevereiro), Paraná e Espírito Santo (a definir), conforme datas a serem posteriormente estabelecidas com a nova Diretoria.

**Eleição da nova Diretoria do CNCGMPEU** – A Dra. Cleonice consultou sobre a realização de eleição na **reunião de novembro, na Bahia**, tendo em vista que o mandato termina em dezembro, o que foi **acolhido e aprovado**.

Em continuidade, a Sra. Presidente abordou o assunto CHAT GPT esclarecendo que convidou Membros que estão lidando com essa ferramenta para tratar sobre a matéria na reunião, mas que não foi possível. Então, o tópico será pautado para próximo encontro, frente à importância e os questionamentos sobre o tema. Ressaltou que se deve ter prudência e moderação quanto a essa ferramenta, considerando os dados sensíveis manejados pelo Ministério Público, até que se possa melhor avaliar as consequências do uso indiscriminado desse instrumento poderoso que é a inteligência artificial.

Fez-se presente no encontro o Dr. Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar, o qual primeiramente deu boas-vindas e cumprimentou os presentes realçando o respeito ao trabalho que todos desenvolvem. Exprimiu elogio ao Dr. Samuel Pereira pelo trabalho por ele realizado como Corregedor-Geral do MP Militar. Referiu que durante a



#### CNCGMPEU

passagem pelo CNMP aprendeu muito, tendo atuado como Corregedor-Geral substituto, salientando o compromisso que se deve ter com o cargo conquistado, e o esforço pessoal de cada um. Sublinhou que a Corregedoria tem o papel fundamental de estar dialogando com os Membros para que continuem com os melhores princípios, atuando com denodo e zelo no trabalho. Quanto à resolutividade, disse que os avanços têm sido concretos e valorizados, merecendo o reconhecimento. Colou-se à disposição para auxiliar no diálogo institucional, e, ao final, desejou a todos um bom trabalho. A Sra. Presidente agradeceu a ilustre e acolhedora visita.

#### **4. NOTÍCIAS SOBRE OS PLEITOS DA CATEGORIA E OUTROS ASSUNTOS**

– A Doutora Cleonice discorreu sobre temas sensíveis que demandam discussão, como remuneração, acervo, férias, ATS, paridade e igualdade, auxílio saúde, matérias em relação às quais a CONAMP e o CNPG estão atentos. Disse que tais assuntos estão sendo acompanhados pela Presidência e que não divulgados para evitar exposição do Ministério Público. Mencionou que o debate da questão remuneratória e a perda do poder aquisitivo é sério, mas a sociedade desconhece a forma de ingresso na carreira e as limitações dos Membros para o exercício de outras atividades; e eventuais publicações fora de contexto só tendem a prejudicar a Instituição do MP, uma vez que, ao deixar de esclarecer, somente nos desmerecem. Assegurou que está permanentemente atenta e dialogando com quem deve e pode conversar, em nome do Colegiado, na mediação constante para soluções que não venham a enfraquecer as nossas Instituições.

Respeitante à Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramita no STF, alusiva a cargos comissionados, a Sra. Presidente manifestou-se sobre os desdobramentos do feito, referindo o duro voto do Ministro Edson Fachin, contrário ao Ministério Público, e que atinge diversos Estados. Comunicou que se conseguiu que o Ministro Alexandre de Moraes



#### CNCGMPEU

pedisse vista, com isso possibilitando a modulação dos efeitos em dois anos, o que não é ainda suficiente. Foi obtido outro pedido de vista, pelo Ministro Nunes Marques, devendo em seguida o processo entrar em pauta. Expôs que se vem trabalhando para que a modulação dos efeitos venha com percentual, sobrelevando as dificuldades financeiras dos Estados e os repasses aos Ministérios Públicos Estaduais.

No prosseguimento, a Dra. Cleonice fez colocações sobre a atuação dos Membros e a cobrança da sociedade de uma resposta em nome da Segurança Pública. Na atuação junto aos Tribunais Superiores considerou que talvez deva se criar mecanismos de defesa das teses ministeriais para interferir na jurisprudência dos principais tribunais dos Estados e da União, do STJ e do próprio STF, de maneira que as decisões atendam a demanda da sociedade, e não ao contrário.

O Dr. Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva (MP/PA) evidenciou que é necessário que haja a publicação de recomendação acerca do trabalho remoto, pois a falta de regulamentação causa preocupação. Aduziu que o Promotor fora da Promotoria causa problema no trabalho junto à comunidade, deixando desassistida a sociedade. A Corregedora-Geral do Paraná, Dra. Rosângela, frisou que a residência na comarca não pode ser confundida com o trabalho remoto, sendo que em relação à primeira há recomendação do CNMP. A Dra. Cleonice salientou que o Membro autorizado a morar fora da comarca, com longa distância, acaba deixando de comparecer à Promotoria, exemplificando com casos ocorridos na Bahia. Disse que deve haver um recrudescimento para que o CNMP diminua o limite da distância de residência fora da comarca. O Dr. Ricardo Ribeiro Martins (MP/RJ) expressou entendimento de que há respaldo legal para o retorno ao trabalho presencial, narrando que editou aviso neste sentido no Rio de Janeiro, o qual está sendo cumprido. A Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho (MP/MA) relatou que no Maranhão já há orientação para que as audiências sejam realizadas de modo presencial,



#### CNCGMPEU

seguindo a linha do ato do CNJ. Aludiu que a Corregedoria também vem acompanhando o trabalho dos Procuradores de Justiça, tempestividade notadamente, chamando-os para conversar, observando que anteriormente não havia correição nestes cargos.

A Sra. Presidente sugeriu que as Corregedorias, internamente, expedissem recomendação de realização de audiência presencial.

A Dra. Rosângela Gaspari (MP/PR) propôs que houvesse deliberação conjunta de todos os Corregedores-Gerais para elaboração de recomendação mais ou menos padrão, para que todos os atos sejam preferencialmente presenciais, diante da preocupação da eficácia da prova processual. A seguir, o Dr. Nelson Faraco Freitas (MP/DF) expôs sobre o problema de o Promotor não comparecer no ofício, externando que é necessária orientação, sem demora, no sentido do trabalho presencial, ressalvadas as situações excepcionais, concordando plenamente com a proposta da Dra. Rosângela. O Dr. Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva (MP/PA) manifestou que no Pará foi editado um ato conjunto com o Procurador-Geral, com o respaldo do representante de classe local, e ninguém se posicionou contra; contudo, entende válida a proposta apresentada pela Corregedora-Geral do Paraná.

Na sequência, assumiu a palavra a Dra. Iadya Gama Maio (MP/RN) destacando que a Recomendação nº. 57/2017 - CNMP, no seu artigo 25, prevê encontro nacional com membros do Ministério Público com atuação nos Tribunais, com o fim de discutir questões referentes à Instituição e ao exercício de suas funções. Sugeriu que o Colegiado encaminhe solicitação ao CNMP para que seja realizado o evento referido, tendo em vista a importância para a discussão da atuação no Segundo Grau, tendo como diretriz a resolutividade.

**A Sra. Presidente colocou em votação as propostas: 1. Aviso único para o efetivo retorno ao trabalho presencial** – formação de comissão integrada pelas Dotoras Cleonice de Souza Lima, Eva Margarida



#### CNCGMPEU

Brinques de Carvalho e Rosângela Gaspari, para elaboração de proposta a ser submetida à apreciação do Colegiado. Os Corregedores que tiverem algum ato já formalizado poderão contribuir com a disponibilização no grupo de WhatsApp. **2. Encaminhamento ao CNMP para a realização de encontro nacional dos Membros com atuação nos Tribunais, como forma de valorização e debate sobre a atuação no Segundo Grau** – será elaborado documento pela Presidência para exame do Colegiado. **As propostas foram aprovadas.**

#### **5. CONTRIBUIÇÃO DO COLEGIADO PARA CONFECÇÃO DE MEDALHAS E OUTRAS DESPESAS**

– Sobre o tema, a Dra. Eva Margarida Brinques de Carvalho (MP/RS), 1ª Secretária, sugeriu que fosse estabelecida contribuição dos Corregedores integrantes do Conselho ao caixa do CNCGMPEU, tendo em vista a necessidade da encomenda de nove medalhas a serem proximamente entregues aos Corregedores-Gerais que deixaram o cargo, e considerando despesa já custeada com a coroa de flores em razão do falecimento do pai do Dr. Oswaldo D’Albuquerque. Na sequência, a Dra. Themis Maria Pacheco Carvalho (MP/MA) propôs que primeiramente houvesse a apresentação ao Colegiado do demonstrativo das contas existentes. A Dra. Cleonice referiu que a memória do Colegiado está um pouco desorganizada, e que vem fazendo esforço para a organização, inclusive, do site do CNCG. Disse desconhecer se houve prestação de contas por parte do Diretor Financeiro anterior. Após, o Dr. Samuel Pereira (MPM) colocou à disposição os documentos que possui em arquivo. Quanto ao site, o Dr. Ricardo Ribeiro Martins (MP/RJ) esclareceu que está trabalhando para a ativação.

Sobre as contas, o Dr. Fabio Strecker Schmitt (MP/SC), Diretor Financeiro, explanou sobre o fluxo de caixa e procedimentos adotados. Falou que o Conselho dos Corregedores-Gerais é informal, sem CNPJ, não permitindo a abertura de conta bancária, o que talvez deva ser



#### CNCGMPEU

repensado. Expôs que atualmente o dinheiro é mantido em conta pessoal, separada para fins de identificação, sendo o valor repassado pela Gestão anterior. Explicou que o montante se encontra aplicado e mensalmente é extraído um extrato, o qual é planilhado no Excel e mantido em arquivo. Disse que em dezembro de 2022 recebeu o valor de R\$ 13.661,00 e deste foram feitos os seguintes pagamentos: R\$ 104,47 para manutenção do domínio da internet; R\$ 412,12 para manutenção do site; R\$ 1.200,00 para aquisição de coroa de flores pelo falecimento do pai do Dr. Oswaldo D'Albuquerque. Em 31 de maio do corrente ano o registro do caixa era no montante de R\$ 12.512,00.

A Sra. Presidente referiu que anteriormente não houve apresentação de notas e recibos, e que somente agora o Dr. Fabio passou a organizar as contas. O Dr. Nelson Faraco de Freitas (MP/DF) referiu que há estatuto do CNCG registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, sendo uma associação sem fins lucrativos; todavia, para que haja CNPJ necessário o resgate de todas as atas de eleição, desde a constituição, ou alternativamente a criação de nova associação. O Dr. Alessandro Tramujas Assad (MP/RR) alertou que esta matéria já foi muito discutida, mas acha que não seja tão difícil resgatar as anteriores atas de eleição; contudo, entende que, na prática, é melhor ficar como está, pois é muito trabalhoso ser levado a efeito.

A Dra. Eva Margarida Brinques de Carvalho (MP/RS) apresentou outra sugestão, esta no sentido de que seja estabelecido rateio de valores entre o Colegiado, sempre que necessário para reposição do caixa. Concernente aos arquivos do CNCG aludiu que o Dr. Cezar Rigoni do MP/RS também poderia auxiliar no resgate histórico do Conselho. O Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana (MP/SE) se colocou à disposição para tentar obter junto aos familiares do Dr. Hirohito a ata referente à eleição da primeira Diretoria do CNCG. O Dr. Alessandro Tramujas Assad



#### CNCGMPEU

(MP/RR) lembrou que o Ministro Péricles Queiroz também poderia contribuir com essa matéria.

**Após deliberação, foi aprovada a contribuição de cada Corregedor-Geral no valor de R\$ 250,00**, com pagamento através de PIX, mediante encaminhamento do comprovante, para fins de registro no caixa.

Retomou a palavra a Dra. Cleonice, que expressou boas vidas ao Dr. Claudio José de Barros Silveira, Corregedor-Geral de Rondônia, que assumiu o cargo recentemente, bem como agradeceu a presença da Dra. Maria da Graça Amorim como representante do Dr. Oswaldo D’Albuquerque, acentuando o trabalho deste como Corregedor Nacional. Ao depois, ressaltou o evento a ser realizado no dia 22, com palestra do Dr. Emerson Garcia do MP/RJ, destacando a importância do tema e informando que o palestrante se apresentará de forma virtual, tendo em vista problema de coluna.

Por fim, a Sra. Presidente agradeceu a todos que participaram da Reunião, declarando encerrados os trabalhos.

#### **22 de junho de 2023**

Abertura da sessão acadêmica, às 10h30, na sede do Ministério Público Militar, em Brasília-DF. Tema: “**Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos podem investigar e punir Procuradores-Gerais? Reflexões e estado da técnica**”. Palestrante Dr. Emerson Garcia, Promotor de Justiça do MPRJ, a quem a Sra. Presidente agradeceu a presença, discorrendo sobre os títulos acadêmicos e experiências deste.

Finda a palestra, a Dra. Cleonice de Souza Lima retomou os assuntos da reunião ordinária, relatando que após recebimento das respostas referentes às proposições do CNMP - contratação de vítimas de violência doméstica -, foi elaborado parecer, o qual foi encaminhado ao Relator. Também ponderou sobre a relevância de se incluir na proposta de



**CNCGMPEU**

encontro nacional dos membros com atuação nos Tribunais, matéria relativa à intervenção cível no Segundo Grau. Ainda, sugeriu como pauta de reunião próxima assunto referente ao trâmite dos procedimentos no CNMP, sendo que o Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana (MP/SE) se colocou à disposição para indicar palestrante para discorrer sobre o tema.

Finalizando, a Sra. Presidente agradeceu a participação de todos, declarando encerrados os trabalhos.

**Brasília-DF, 22 de junho de 2023.**

**Cleonice de Souza Lima**

Corregedora-Geral do MPBA

Presidente

**Eva Margarida Brinques de Carvalho**

Corregedora-Geral do MPRS

1ª Secretária